



RESULTADOS E DESEMPENHO EM SETEMBRO DE 2016

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ milhões) ⁽¹⁾	30/09/2016	30/09/2015 ⁽²⁾	Varição	Varição %
Receita Bruta	5.929,2	6.980,7	-1.051,4	-15,1%
Receita Líquida	3.449,1	4.145,7	-696,6	-16,8%
Margem Operacional Líquida	979,5	1.102,0	-122,5	-11,1%
EBITDA	489,4	628,0	-138,6	-22,1%
Margem EBITDA	14,2%	15,1%	-0,9 p.p.	-6,0%
Lucro Líquido	163,3	267,8	-104,5	-39,0%
Dívida Líquida	1.566,8	1.878,5	-311,7	-16,6%
Investimentos	250,7	217,4	33,3	15,3%

Outros Resultados	set/16	set/15	Varição	Varição %
Volume de fornecimento (GWh)	8.656,9	9.349,2	-692,3	-7,4%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	11.748,0	12.021,8	-273,8	-2,3%
Clientes (milhares)	2.542	2.486	55,9	2,2%
DEC anualizado (horas)	8,70	7,90	0,80	10,1%
FEC anualizado (interrupções)	4,69	4,70	-0,01	-0,2%
Perdas de Distribuição (%) ⁽³⁾	8,05%	6,89%	1,2 p.p.	16,8%
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAA-	brAA+	-	-

⁽¹⁾ Em milhões de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

⁽²⁾ Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

⁽³⁾ Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde setembro/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas em setembro/16 da Elektro seria de 9,95% – ver item 12.2. – Perdas de Distribuição.

DESTAQUES

- Pelo segundo ano consecutivo, a Elektro foi considerada a Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina e, pela 4ª vez consecutiva, a Melhor Empresa para Trabalhar no País, ambas as premiações pela pesquisa *Great Place to Work*.
- Em 22 de junho, a Elektro foi eleita pela 10ª vez como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Sudeste do País e também eleita pela 11ª vez a Melhor em Gestão Operacional.
- Liberação da primeira parcela do financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI), com o crédito dos recursos em 1º de julho no valor de R\$ 180,2 milhões, a um custo final de 76,5% do CDI.
- Em 03 de outubro, consagrada como a Melhor Empresa do Setor de Energia pelo GUIA VOCÊ S/A – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, realizado em parceria com a FIA.

SUMÁRIO

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS	3
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
3. AMBIENTE ECONÔMICO	3
4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO	4
4.1. Revisão Tarifária Extraordinária	4
4.2. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária.....	4
4.3. Reajuste Tarifário	5
4.4. Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”)	5
4.5. Bandeiras Tarifárias.....	6
4.6. Sobrecontratação de energia	7
5. DESEMPENHO COMERCIAL	8
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição.....	8
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	11
5.3. Contratos de Compra de Energia	11
6. RESULTADOS	12
6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	14
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	14
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros.....	16
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	16
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	16
10.FLUXO DE CAIXA	17
11.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO	18
12.DESEMPENHO OPERACIONAL	19
12.1.DEC e FEC	19
12.2.Perda de Distribuição	19
13.RECONHECIMENTOS	20

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A **Elektro Redes S.A.**, nova denominação social da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

A partir de 1º de setembro de 2016, a denominação social da Elektro mudou de Elektro Eletricidade e Serviços S.A. para Elektro Redes S.A. e o controlador direto, anteriormente denominado Iberdrola Brasil S.A. também teve sua denominação alterada para Elektro Holding S.A.. As mudanças acima não envolvem qualquer alteração no controle acionário das companhias e não altera os códigos de negociação das ações da Elektro Redes S.A., nem tampouco o nome pela qual as ações são negociadas no pregão da BM&FBovespa. Permanecem os códigos EKTR3 para as ações ordinárias e EKTR4 para as ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2016, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 30/09/2016						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Elektro Holding S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		<i>47,42%</i>		<i>52,58%</i>		<i>100,00%</i>

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível¹) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* ri.elektro.com.br, pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

Apesar do cenário econômico ainda desafiador no terceiro trimestre de 2016, o período mostrou sinais de melhora na confiança da indústria e do consumidor, principalmente após definições importantes no cenário político, quando, em agosto de 2016, foi concluído o processo de impeachment na presidência da República. Tais mudanças no ambiente político interno reduziram as incertezas e, portanto, impactaram positivamente a perspectiva de risco país, sinalizando a melhora de alguns indicadores econômicos.

Um desses resultados, por exemplo, está relacionado ao câmbio. A moeda brasileira fechou o mês de setembro de 2016 em R\$ 3,2462/US\$, com valorização de 16,87% frente ao dólar norte-americano de 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$ 3,9048/US\$ e valorização de 18,29% frente a moeda de 30 de setembro de 2015, cotada a R\$ 3,9729/US\$.

¹ Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos diretamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Já o Comitê de Política Monetária (Copom), em setembro de 2016, manteve a taxa básica de juros (SELIC) em 14,25%. Concomitantemente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) também manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal indexador de empréstimos do BNDES, em 7,5% ao ano (fixada até dezembro de 2016).

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou alta de 6,48% a.a. nos primeiros nove meses de 2016, incremento de 0,13 ponto percentual sobre o mesmo período de 2015. Com relação ao Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador apresentou inflação de 5,51% a.a. em setembro de 2016, redução de 2,1 pontos percentuais sobre o mesmo período de 2015, influenciado, principalmente pela desaceleração de itens como habitação e transportes.

Para o comércio exterior brasileiro, segundo apuração do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), o saldo acumulado da Balança Comercial em setembro de 2016 foi um superávit de US\$ 36,2 bilhões, ultrapassando em US\$ 25,9 bilhões o resultado de janeiro a setembro de 2015, registrando recorde para o período. Este resultado decorre do aumento das exportações, especialmente relacionado à desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-americano e baixo consumo no mercado interno. Durante os meses de janeiro a setembro de 2016, as exportações somaram US\$ 139,4 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 103,2 bilhões.

De acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE, no segundo trimestre acumulado de 2016, o PIB do País recuou 3,8% quando comparado ao mesmo período de 2015, resultado, principalmente, da queda da produção industrial e retração do investimento em setores como construção civil, infraestrutura, automobilístico e linha branca.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	30/09/2016	30/09/2015	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	3,2462	3,9729	(0,7267)
Valorização / (desvalorização) cambial - Real em relação ao Dólar	16,87%	-49,57%	66,44 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	6,48%	6,35%	0,13 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	5,51%	7,64%	-2,13 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	10,42%	9,56%	0,86 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	5,57%	4,47%	1,1 p.p.

(*) Cotação no encerramento do período.

4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO

4.1. Revisão Tarifária Extraordinária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) deve ser aplicada para garantir o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia. Diante da elevação dos custos com a compra de energia de Itaipu, dos preços realizados no 14º Leilão de Energia Existente e no 18º Leilão de Ajuste e do aumento da cota anual do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), ocorridos em meados de 2014 até janeiro de 2015, a Elektro solicitou ao regulador uma RTE, de forma a não ocasionar um descompasso expressivo em seu caixa. A RTE da Elektro foi aplicada em 02 de março de 2015, por meio da Resolução nº 1.858 da ANEEL de 27 de fevereiro de 2015, com índice médio de aumento de 24,25% nas tarifas aplicadas aos seus consumidores.

4.2. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas. A Revisão Tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

A metodologia definida para o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias possibilitou a elevação do WACC (Weighted Average Capital Cost ou Custo Médio Ponderado de Capital) líquido de impostos de 7,50% (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09%, o que representou um ajuste na remuneração do capital.

A Quarta Revisão Tarifária da Elektro foi concluída no dia 27 de agosto de 2015, homologada pela Resolução nº 1.944 da ANEEL de 25 de agosto de 2015, utilizando as metodologias recentemente aprovadas pela ANEEL: Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Custo de Capital – WACC; Fator X (índice que transfere parte dos ganhos de eficiência das distribuidoras com os consumidores); Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, a qual resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%, composta pela recomposição dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e pela revisão dos custos gerenciáveis (Parcela B).

Conforme modelo regulatório vigente, o resultado do 4º Ciclo de Revisão Tarifária contemplou o repasse ao consumidor dos ganhos de eficiência obtidos no ciclo tarifário anterior. Isto representa uma redução na margem operacional da Distribuidora, no início de cada novo ciclo tarifário, que é compensado ao longo dos anos subsequentes, considerando novos ganhos de mercado e eficiências a serem obtidas pela Companhia.

4.3. Reajuste Tarifário

Em 27 de agosto de 2016 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual da Elektro, homologado pela Resolução nº 2.125 de 23 de agosto de 2016. Neste reajuste foram atualizados os custos não gerenciáveis da distribuidora (Parcela A), repassados em sua totalidade para a tarifa dos consumidores. Nesse sentido, a redução de alguns componentes, como o preço da tarifa de energia de Itaipu, aliado a redução do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vide nota explicativa 3.4), culminou em uma redução média das tarifas aos consumidores de 13,40%. Ressalta-se que a parcela que remunera os custos gerenciados pela distribuidora (Parcela B), obteve reajuste positivo devido à atualização pela inflação registrada no período (IGP-M), descontada do Fator X. Assim, a redução nas tarifas praticadas não afeta a Margem Operacional da Companhia uma vez que se trata, principalmente, de ajustes na Parcela A e Outros Itens Financeiros cujo impacto é neutro no resultado da Companhia.

4.4. Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”)

A CDE é uma conta cuja arrecadação é utilizada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por fontes alternativas e para a universalização da energia elétrica no país. Conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.891/13, a CDE deve também suportar os subsídios tarifários destinados a cobrir descontos concedidos na tarifa pelas Distribuidoras de Energia Elétrica a determinadas classes de clientes, além de outros custos. O mecanismo de recomposição do fundo é realizado por meio de cotas mensais homologadas pela ANEEL e recolhidas ao fundo operacionalizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, e o ressarcimento às distribuidoras para os subsídios tarifários ocorre através de repasses operacionalizados pela Eletrobrás, sendo que este encargo é repassado aos consumidores por meio das tarifas, tendo efeito nulo no resultado.

Devido à crise hídrica ocorrida ao longo dos anos de 2013 e 2014, que teve como resultado uma forte elevação dos custos de energia, o Governo Federal permitiu o repasse às Distribuidoras de recursos do fundo da CDE para cobertura do descasamento de caixa e resultado do período. No entanto estes recursos foram insuficientes para neutralizar toda a exposição das distribuidoras. Assim, em abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221 que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e conseqüente repasse às empresas distribuidoras. Essa operação não exigiu das distribuidoras qualquer garantia direta ou indireta para firmar os contratos de empréstimo.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram em 2015 o repasse desses encargos nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária, com término previsto para abril de 2020. Anualmente a ANEEL homologa os valores das parcelas mensais, que devem vigorar para os 12 meses subsequentes, para repasse à CCEE, que são definidos por critério específico de rateio e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido à época (que totalizou R\$ 1,12 bilhão entre 2014 e 2015), sendo garantida a neutralidade tarifária para a distribuidora. Em 2015, por meio das Resoluções Homologatórias nº 1.863 e nº 2.004, a ANEEL homologou para a Elektro um incremento mensal na tarifa equivalente a R\$ 26,0 milhões, referente ao

período de agosto de 2015 a julho de 2016, e um incremento de R\$ 27,5 milhões para o período de agosto de 2016 a julho de 2017. Assim, durante o ano de 2016, a Companhia liquidou o montante total de R\$ 235,6 milhões.

No que tange aos recolhimentos mensais das cotas de CDE, houve no ano de 2015 um descasamento de caixa, pois a Elektro vinha recolhendo integralmente sua cota mensal, e em contrapartida não recebeu do fundo a integralidade dos repasses dos valores de subsídios. Assim, em 06 de agosto de 2015, a Companhia obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos mensais os valores já vencidos e não repassados pelo fundo, que no ano de 2016 totalizaram R\$ 174,1 milhões (R\$ 211,4 milhões em 31 de dezembro de 2015). Por se tratar de ordem liminar, a Companhia apresenta os saldos a receber e a pagar segregados em seu balanço patrimonial, exceto para o período de agosto de 2015 a janeiro de 2016 para os quais obteve recibo de quitação no montante de R\$ 230,7 milhões.

Ainda com relação aos recolhimentos de CDE, a Associação Brasileira de Consumidores de Energia (ABRACE), em julho de 2015, questionou em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem a CDE, bem como a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Em setembro de 2015, após a abertura da Audiência Pública nº 057 e a fim de dar cumprimento à ordem judicial, a ANEEL fixou as novas tarifas para os associados da ABRACE, as quais foram aplicadas retroativamente a 03 de julho de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.967/15.

Como o impacto na arrecadação do encargo não recebeu a correspondente diminuição na cota de aportes de cada distribuidora para a CDE e, para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou em Juízo e obteve no dia 12 de dezembro de 2015 a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE os montantes mensais que deixaram de ser faturados devido à liminar da ABRACE, que em 2016 foi de R\$ 31,3 milhões.

Em janeiro de 2016, a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE) também ingressou em juízo questionando alguns itens que compõem a CDE, sendo que a ANEEL determinou novas tarifas para os consumidores representados por essa Associação, deduzindo assim, no período de janeiro a setembro, o valor de R\$ 9,6 milhões.

Dada recorrência de liminares desta natureza, a ANEEL emitiu em 14 de junho de 2016 o Despacho nº 1.576/16, que normatiza o tratamento a ser dado pelas distribuidoras no caso de surgirem novas liminares questionando os valores de CDE cobrados nas tarifas. Assim, nesses casos será autorizada automaticamente a dedução dos montantes a serem recolhidos para a CDE dos valores não arrecadados devido às liminares obtidas por esses clientes, respeitando a neutralidade tarifária.

4.5. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados mensalmente pela ANEEL através de despachos, tendo entrado o sistema em vigor a partir de janeiro de 2015.

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como finalidade indicar ao consumidor se a energia terá um custo mais elevado, em função das condições de geração de energia elétrica, e, de maneira complementar à Revisão Tarifária Extraordinária, visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, cobrindo custos adicionais de geração térmica, Encargo de Serviços de Sistema – ESS, risco hidrológico e os custos com compra de energia no mercado de curto prazo devido à exposição involuntária das distribuidoras. As variações de custos remanescentes, não cobertos pelo mecanismo das Bandeiras Tarifárias, são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste ou Revisão Tarifária. Do mesmo modo, receitas provenientes de Bandeira Tarifária superiores às necessidades da companhia são registradas na CVA passiva para devolução no próximo Reajuste Tarifário ou Revisão Tarifária, tendo a neutralidade assegurada no resultado da Companhia.

Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha nos montantes de R\$ 30/MWh para janeiro e fevereiro, R\$55/MWh para o período de março a agosto, e R\$45/MWh a partir de setembro. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública nº 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de Bandeira Tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh,

amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo na tarifa de energia. Dessa forma, em janeiro de 2016 foi aplicada a bandeira vermelha no valor de R\$45/MWh, em fevereiro a bandeira vermelha – patamar 1 no valor de R\$30/MWh, e em março a bandeira amarela no valor de R\$15/MWh. A partir de abril de 2016, devido às condições hídricas mais favoráveis para a geração de energia, passou a vigorar a bandeira verde, na qual não há acréscimos no MWh distribuído, e que se manteve até setembro de 2016.

Em fevereiro de 2015, foi criada através do Decreto nº 8.401, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), cuja função é administrar os recursos provenientes da aplicação das Bandeiras Tarifárias, apurar as variações entre o total faturado e a cobertura tarifária de cada agente de distribuição e realizar uma redistribuição entre todos os agentes dos efeitos desta arrecadação. No período de janeiro a setembro de 2016, o montante de Bandeiras Tarifárias, recebido através do faturamento das contas de energia pela Elektro, foi de R\$ 121,4 milhões (R\$ 413,6 milhões em 30 de setembro de 2015).

4.6. Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A ANEEL, no final de 2014, com o objetivo de equalizar os custos da energia comprada pelas empresas distribuidoras de energia, propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora. Entretanto, o montante recebido pela Elektro foi maior do que a necessidade de compra da Companhia, fato este que contribuiu significativamente para um excesso de energia contratada.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor de distribuição, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, terá a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, também contribuiu para que as empresas apresentem um cenário de exposição. Este tema tem sido tratado pelas distribuidoras através de sua associação (ABRADEE) no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais, entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato ou, ainda a rescisão do mesmo. A Elektro vem realizando acordos nos termos desta resolução não apenas para contratos de suprimento imediato, mas também para aqueles de suprimento futuro, com o propósito de mitigar os impactos da sobrecontratação.

Outro aspecto relacionado ao tema são os baixos preços praticados no mercado livre de compra de energia comparativamente às tarifas praticadas no mercado regulado, o que gerou um aumento na migração de clientes para o ambiente livre. Originalmente, a parcela de energia correspondente aos consumidores que migraram na condição de clientes especiais (clientes com demanda contratada entre 0,5 e 3 MW) não podia ser deduzida do total de energia contratada pelas distribuidoras, o que contribuiu para a sobrecontratação.

Diante deste cenário, em 21 de junho de 2016, como resultado parcial da Resolução Normativa nº 726/2016, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a dedução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados

após a decisão em questão. O reconhecimento da sobrecontratação involuntária dos montantes que não puderam ser deduzidos deverá ser tratado individualmente por cada distribuidora com a ANEEL, que irá avaliar cada caso. Essas alterações representam um avanço nas discussões das distribuidoras junto ao regulador, que tem atuado em busca de um tratamento adequado quanto à mitigação dos impactos nas distribuidoras.

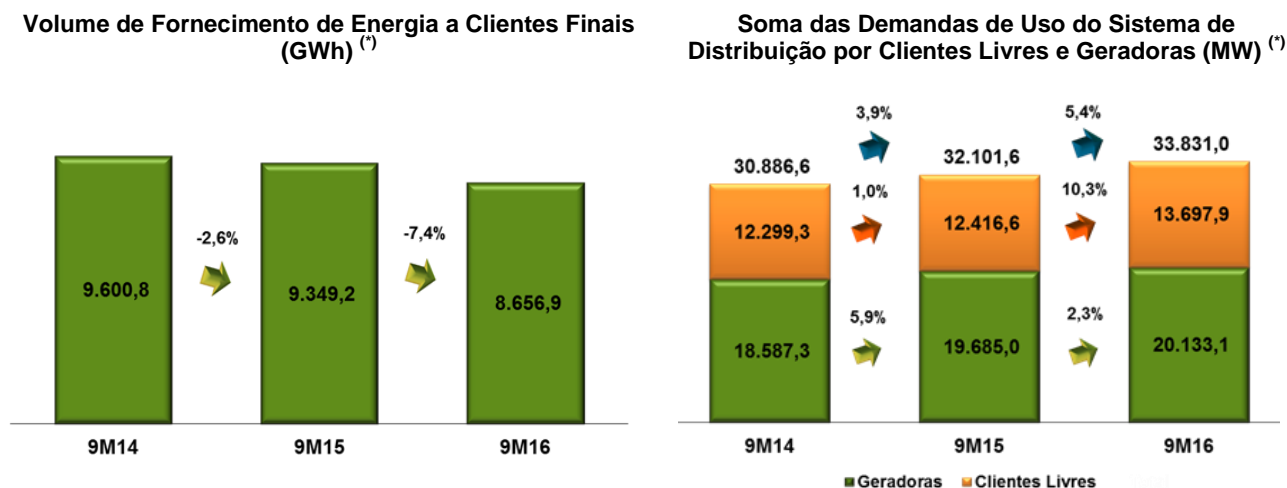
Em julho de 2016, a CCEE anunciou que iria realizar o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) para contratos de energia nova entre distribuidoras e geradores, permitindo a realocação de energia entre esses agentes. Em agosto de 2016 foi realizado um 2º processamento desse mecanismo, dessa vez com a participação da usina de Belo Monte, o que permitiu que um maior volume de energia fosse realocado. A participação nestes dois MCSDs auxiliou na mitigação de parte da energia sobrecontratada da Elektro para o ano de 2016. Em outubro de 2016, será realizado mais um processamento do MCSD de energia nova pela CCEE. Nesta rodada, poderão participar um conjunto de usinas que foram impedidas de participar nos eventos anteriores. Desta forma, existe expectativa de que outra parcela da sobrecontratação das distribuidoras seja endereçada.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, a ANEEL emitiu o Decreto nº 8.828/16 que desobriga as distribuidoras sobrecontratadas de penalidades caso elas não contratem energia para o montante de reposição dos contratos que estão para expirar. Essa medida também auxilia na mitigação da sobrecontratação, e seus efeitos para a Elektro poderão ser observados a partir de 2017.

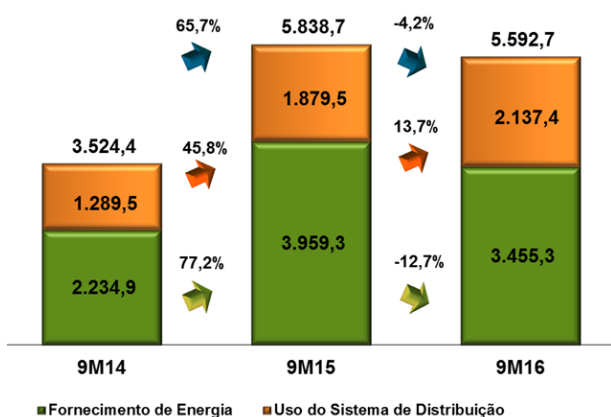
Considerando todos os mecanismos de mitigação citados acima, a Companhia conseguiu endereçar a maior parte do volume de energia sobrecontratado para o ano de 2016 e tem até o encerramento do ano para concluir todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) (*)



Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh (*)		
	30/09/2016	30/09/2015	Var. %
Residencial	3.180,0	3.160,7	0,6%
Industrial	2.021,3	2.624,2	-23,0%
Comercial	1.806,9	1.889,0	-4,3%
Rural	700,3	719,4	-2,6%
Poder Público	232,2	235,6	-1,5%
Iluminação Pública	362,9	354,0	2,5%
Serviços Públicos	353,3	366,4	-3,6%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	8.656,9	9.349,2	-7,4%
Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (Finais + Livres)	11.748,0	12.021,8	-2,3%
Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW (*)		
	30/09/2016	30/09/2015	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	33.831,0	32.101,6	5,4%
Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	30/09/2016	30/09/2015 ⁽³⁾	Var. %
Residencial	1.430,5	1.433,1	-0,2%
Industrial	839,4	1.098,0	-23,6%
Comercial	798,7	835,1	-4,4%
Rural	182,4	198,8	-8,2%
Poder Público	91,9	96,2	-4,5%
Iluminação Pública	91,0	98,5	-7,6%
Serviços Públicos	138,9	143,4	-3,1%
Receita não Faturada ⁽²⁾	(117,4)	56,2	-309,0%
Total de Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	3.455,3	3.959,3	-12,7%
Uso do Sistema de Distribuição	R\$ milhões		
	30/09/2016	30/09/2015 (3)	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	2.137,4	1.879,5	13,7%
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	5.592,7	5.838,7	-4,2%

* Informações não revisadas pelos auditores independentes.

⁽¹⁾ A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

⁽²⁾ Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado. Resultados negativos representam redução na carga de energia, em relação a dezembro do ano anterior.

⁽³⁾ Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

De janeiro a setembro de 2016, a Elektro forneceu 8.656,9 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando uma redução no consumo de 7,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (9.349,2 GWh). Se analisarmos a área de concessão, considerando os clientes livres e cativos, a redução é suavizada para 2,3%. O atual cenário econômico tem contribuído para a redução do consumo de energia elétrica no País.

A classe com a maior redução de consumo foi a industrial, com 23,0% de queda no acumulado até setembro de 2016, consequência do cenário de retração econômica. Se considerarmos o consumo de clientes industriais cativos e livres, essa variação é atenuada para 5,8%, inferior à redução da Produção Industrial de 8,2% (no acumulado até agosto de 2016), segundo dados do IBGE. A migração de clientes cativos para o mercado livre foi intensificada pela redução dos preços no Ambiente de Contratação Livre (ACL), que acompanhou a tendência de preços do mercado de energia, sem efeito na margem operacional da distribuidora, uma vez que esses clientes passam a consumir apenas a tarifa de fio (receita pelo uso do sistema de distribuição).

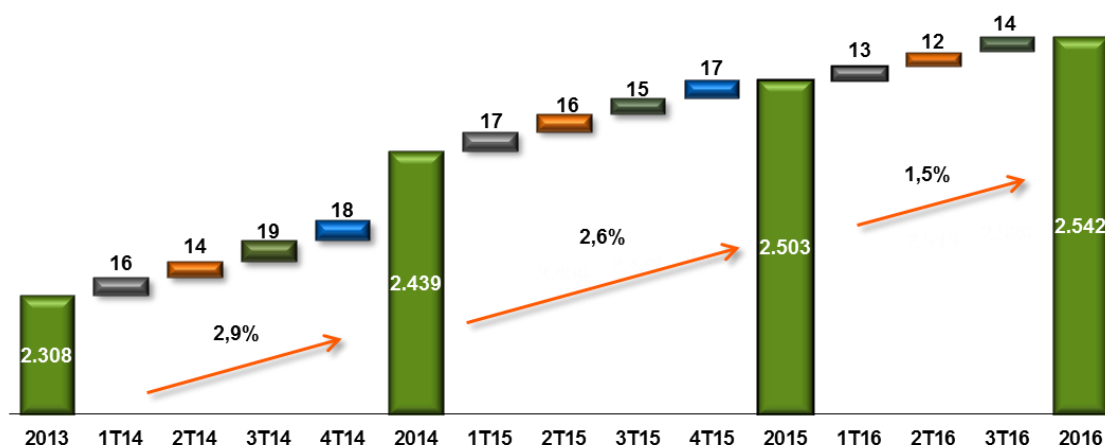
A classe residencial apresentou ligeiro crescimento no consumo acumulado até setembro, registrando aumento de 0,6% quando comparado ao mesmo período de 2015, reflexo do crescimento vegetativo dessa classe de consumo.

Assim como em outras classes de consumo, o desaquecimento da economia refletiu na redução do consumo da classe comercial de 4,3% nos primeiros nove meses de 2016, abaixo do resultado do IBGE que, até julho de 2016, registrou decréscimo de 9,4% (comércio varejista ampliado). Outro fator que reduziu o consumo cativo foi à migração de clientes para o mercado livre. Considerando o consumo de clientes comerciais livres, a redução é suavizada para 2,0%, se comparado ao acumulado até setembro de 2015.

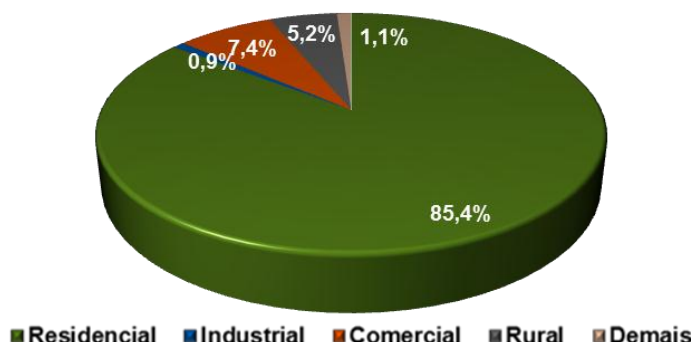
O alto índice pluviométrico registrado ao longo deste ano, na área de concessão da Elektro, que consequentemente reduziu a necessidade da utilização do sistema de irrigação, impactou fortemente na redução de 2,6% do consumo rural, no período de janeiro a setembro deste ano, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Se considerado o consumo de clientes cativos e livres essa redução seria atenuada para 1,4%.

Em setembro de 2016, a Elektro registrou 2.542 mil consumidores cativos, representando incremento de cerca de 39 mil novos clientes durante este ano. No mercado livre atendemos 230 clientes em relação a 117 atendidos no mesmo período do ano anterior.

Evolução do Número de Clientes ^(*)
(milhares)



Segmentação dos Clientes ^(*)
(Total: 2,5 milhões)

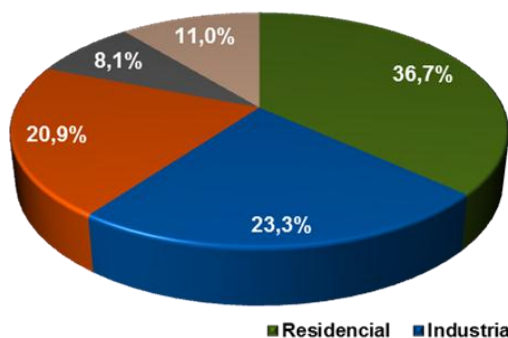


(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

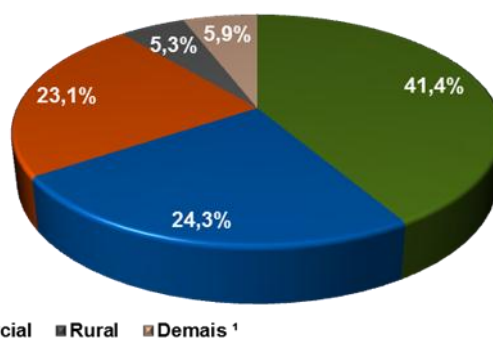
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação de janeiro a setembro de 2016:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (8.656,9 GWh) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 3.455,3 milhões)



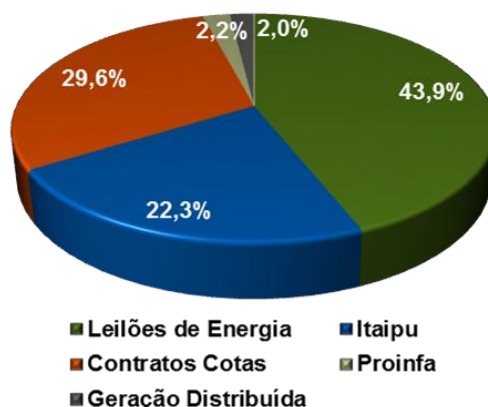
(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.
(†) Inclui receita não faturada a clientes finais.

5.3. Contratos de Compra de Energia

Durante os nove primeiros meses de 2016, o suprimento de energia (em GWh) para a Elektro foi realizado por (i) 43,9% em de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 22,3% pela energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 29,6% de fontes oriundas de Contratos de Cotas (decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13), (iv) 2,2% de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e (v) 2,0% provenientes de outras fontes.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro entre janeiro e setembro de 2016.

**Contratos de Compra de Energia
(10.124,1 GWh) (*)**



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

6. RESULTADOS

Demonstração de Resultados	30/09/2016	30/09/2015 ⁽²⁾	30/09/2016 vs 30/09/2015	
		Reapresentado	△ R\$	△ %
Venda de Energia Clientes Finais	3.455,3	3.959,3	(503,9)	-12,7%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	2.137,4	1.879,5	257,9	13,7%
Receita de construção	265,5	213,5	52,0	24,4%
Valores a Receber/(Devolver) de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(500,7)	518,5	(1.019,1)	-196,6%
Outras Receitas	571,7	410,0	161,7	39,4%
Receita Operacional Bruta	5.929,2	6.980,7	(1.051,4)	-15,1%
Deduções às Receitas Operacionais	(2.361,4)	(2.453,3)	91,9	-3,7%
Deduções por Bandeiras Tarifárias	(118,7)	(381,7)	263,0	-68,9%
Receita Operacional Líquida	3.449,1	4.145,7	(696,6)	-16,8%
Energia Comprada para Revenda	(2.204,1)	(2.830,2)	626,1	-22,1%
Custo de Construção	(265,5)	(213,5)	(52,0)	24,4%
Margem Operacional Líquida	979,5	1.102,0	(122,5)	-11,1%
Gastos e Despesas Operacionais	(490,1)	(474,0)	(16,1)	3,4%
Resultado do Serviço	360,1	507,3	(147,2)	-29,0%
EBITDA ⁽¹⁾	489,4	628,0	(138,6)	-22,1%
Resultado Financeiro	(105,1)	(91,7)	(13,4)	14,6%
Lucro Líquido	163,3	267,8	(104,5)	-39,0%

⁽¹⁾ O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) consiste no lucro líquido (R\$ 163,3 milhões em 30 de setembro de 2016) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 105,1 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 91,7 milhões) e depreciação e amortização de 30 de setembro de 2016 (R\$ 129,3 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

⁽²⁾ Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

Conforme expresso na Orientação Técnica OCPC 08, o reconhecimento e mensuração subsequente de constituições e amortizações de Ativos e Passivos Regulatórios (variações nos itens de Parcela A em relação às tarifas homologadas) ocorrem sempre na linha de Receita Operacional (Valores a Receber / Devolver de Parcela A), independentemente de sua origem. Uma vez que os itens de Parcela A podem ser apresentados tanto como Receita Operacional ou como Custo de Energia, a depender de sua natureza, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Dessa forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado pela Margem Operacional Líquida, de modo a evitar estas distorções.

A Margem Operacional Líquida registrou R\$ 979,5 milhões nos primeiros nove meses de 2016, com redução de 11,1% em relação ao mesmo período de 2015, impactado principalmente por dois fatores:

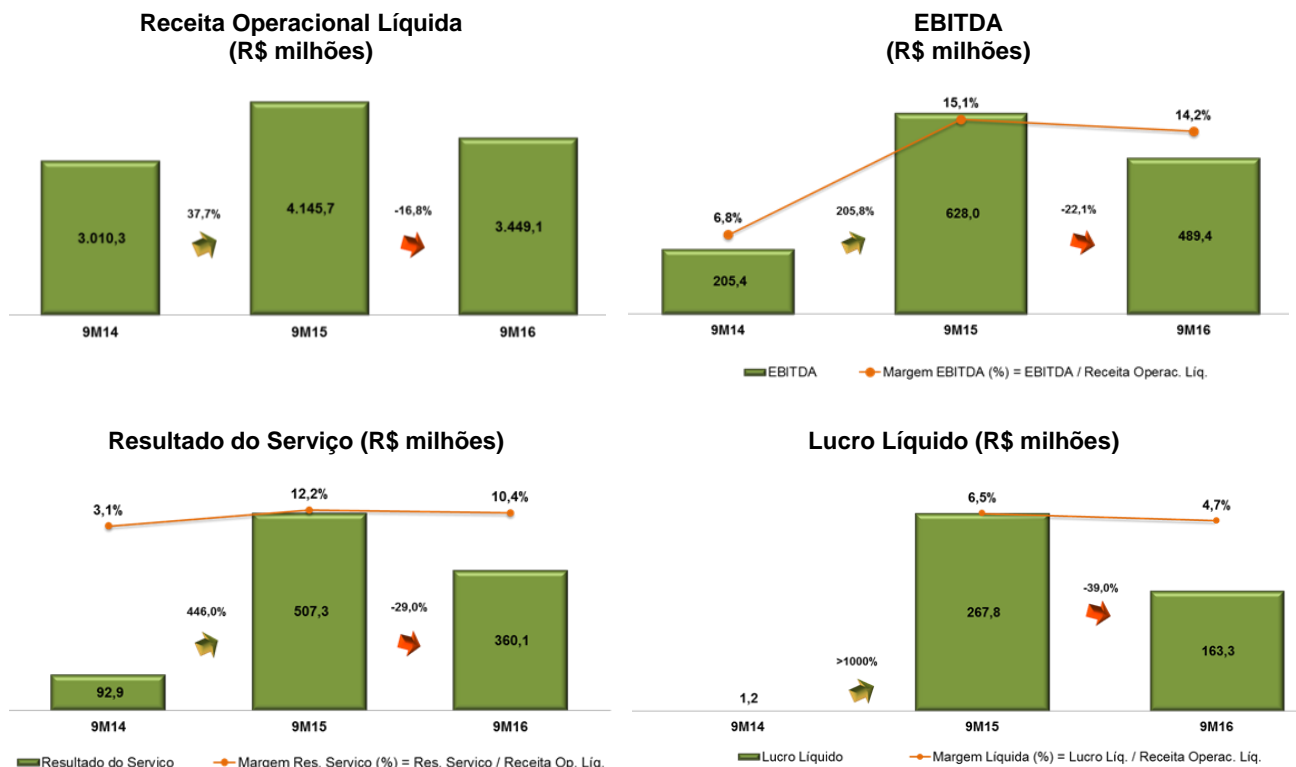
- Redução de 2,3% do mercado total, decorrente de: (i) desaceleração da produção industrial; (ii) retração do mercado de trabalho e consequente diminuição de renda; e (iii) efeito do incremento nas tarifas em anos anteriores sobre o consumo, e
- Compartilhamento com o consumidor de eficiências de custos gerenciáveis (Parcela B), conquistadas na revisão do último ciclo tarifário, ocorrida em agosto de 2015.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 490,1 milhões nos nove primeiros meses de 2016, frente a R\$ 474,0 milhões no mesmo período de 2015, uma variação de 3,4% no período. Este resultado demonstra a agilidade da Companhia para se adequar à atual realidade econômica do País e continuar sua busca por eficiência, uma vez que seus custos operacionais gerenciáveis estão abaixo da inflação do período.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 489,4 milhões, com redução de R\$ 138,6 milhões em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 628,0 milhões), devido aos efeitos descritos acima.

Nos meses de janeiro a setembro de 2016, a Elektro apresentou Despesa Financeira Líquida de R\$ 105,1 milhões, R\$ 13,4 milhões acima do mesmo período do ano anterior, principalmente pela (i) incidência de Pis/Cofins sobre Receita Financeira, que entrou em vigor em 1º de julho de 2015, (ii) atualização monetária de itens específicos dos valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros, iniciada em agosto de 2015 e (iii) maior saldo médio da dívida, após novas captações realizadas entre novembro de 2015 e julho de 2016 a custos significativamente abaixo das condições de mercado, este último mais do que compensado pela maior receita com aplicações financeiras, além do (iv) incremento nas receitas com encargos sobre contas de energia elétrica recebidas em atraso. Durante o ano, a Elektro continuou com sua gestão de caixa prudente, visando assegurar sua liquidez financeira, garantindo a estabilidade do negócio e mantendo o nível adequado de investimentos.

Considerando os fatores acima mencionados, a Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 163,3 milhões no período, R\$ 104,5 milhões abaixo do resultado de setembro de 2015 (R\$ 267,8 milhões).



6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 28 de janeiro de 2016 foi pago aos acionistas o montante de R\$ 98,3 milhões (líquido de imposto de renda retido na fonte) de Juros sobre Capital Próprio do exercício social de 2015, previamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizado em 27 de outubro de 2015.

Em Assembleia Geral Ordinária, de 20 de abril de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos, referente ao resultado de 2015 no montante total de R\$ 72,6 milhões, conforme proposta deliberada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2016. Os dividendos foram pagos em uma única parcela, em 2 de maio de 2016.

Em 13 de julho de 2016, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição aos acionistas de Dividendos Intermediários para exercício de 2016 no montante de R\$ 104,4 milhões, cujo pagamento acontece em três parcelas iguais, sendo 31 de agosto, 31 de outubro e 29 de dezembro de 2016.

Em 14 de outubro de 2016, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a distribuição aos acionistas de Juros Sobre Capital Próprio para o exercício social de 2016 no montante de R\$ 138,7 milhões, o qual será pago conforme disponibilidade de caixa, precedido de aviso aos acionistas publicado para essa finalidade.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

30/09/2016	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros, líquidos de instrumentos derivativos (\$swap)				
Debêntures	199,3	667,1	866,4	34,4%
BNDES Finem / Finame	74,4	370,7	445,0	17,6%
Eletrobrás	12,8	40,8	53,6	2,1%
Finep	12,5	21,3	33,8	1,3%
BEI	61,1	556,8	617,9	24,5%
Moeda Estrangeira (4131)	239,6	426,1	665,6	26,4%
Resultado do Swap	(18,4)	(154,1)	(172,5)	-6,8%
Arrendamento mercantil	3,9	8,3	12,1	0,5%
Total da Dívida	585,1	1.936,8	2.521,9	100,0%
Perfil da Dívida	23%	77%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(955,1)	
Endividamento Líquido			1.566,8	

⁽¹⁾ Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

A Elektro encerrou o período de janeiro a setembro de 2016 com endividamento líquido de R\$ 1.566,8 milhão (19,2% abaixo da posição encerrada em 31 de dezembro de 2015, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.939,2 milhão), resultado do endividamento total de R\$ 2.521,9 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 955,1 milhão. A dívida de curto prazo corresponde a 23% do endividamento total.

No primeiro trimestre de 2016 foi liberado o montante parcial de R\$ 20,0 milhões, referente ao contrato de financiamento firmado em 2015 junto ao BNDES, destinado à implantação do Plano de Investimentos 2015-2016 com prazo de financiamento de 8,5 anos e carência de 19 meses. O montante total liberado desde a assinatura do contrato foi de R\$ 130,0 milhões.

Em março de 2016 houve a liberação dos recursos financeiros do contrato junto à Caixa Econômica Federal, agente financiador do Programa Luz para Todos da Eletrobras. Esta primeira liberação, no valor de R\$ 6,1 milhões, correspondente a 70% do valor do contrato.

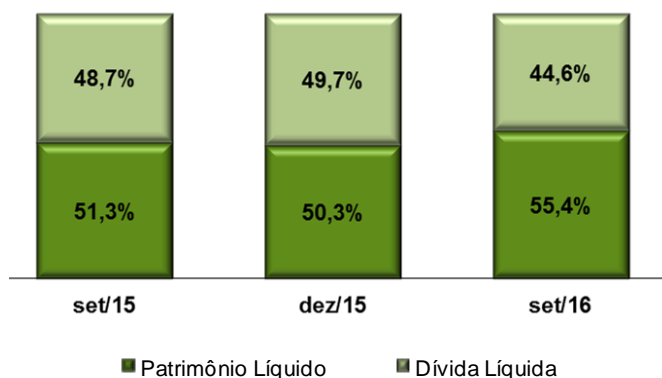
Depois de cumpridas todas as condições precedentes previstas no contrato de financiamento assinado com o Banco Europeu de Investimento (BEI) em dezembro de 2015, a Elektro obteve, em julho de 2016, o

desembolso da primeira parcela no montante de R\$ 180,2 milhões. A operação possui prazo de vencimento de 11 anos, com pagamento de juros semestrais e três anos de carência para pagamento do principal. Na mesma data, foi contratada uma operação de “Swap” com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, que tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI) com um custo final de 76,5% do CDI.

Ao longo dos nove primeiros meses de 2016, a Elektro realizou a amortização de contratos de empréstimos e financiamentos, que totalizaram R\$ 455,4 milhões, atrelados (i) ao financiamento via Lei nº 4131, junto ao banco HSBC (R\$ 150,0 milhões em junho); (ii) 1ª e 2ª séries da 5ª emissão de debêntures (R\$ 125,1 milhões em agosto); (iii) 1ª série da 6ª emissão de debêntures (R\$ 110,0 milhões em setembro); e (iv) outros contratos com BNDES, Eletrobras e FINEP (R\$ 70,3 milhões).

Em setembro de 2016, a Companhia apresentou alavancagem de 44,6%, mantendo uma composição adequada entre capital próprio e de terceiros, com endividamento a taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.

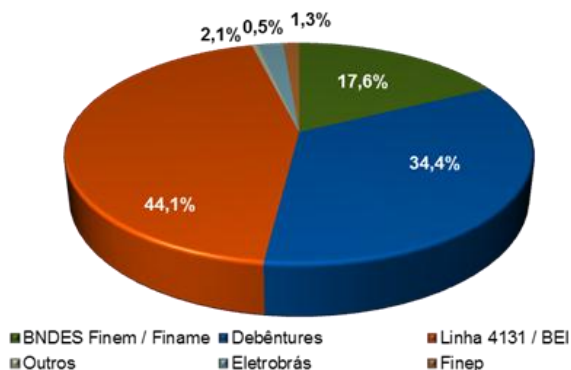
Estrutura de Capital
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



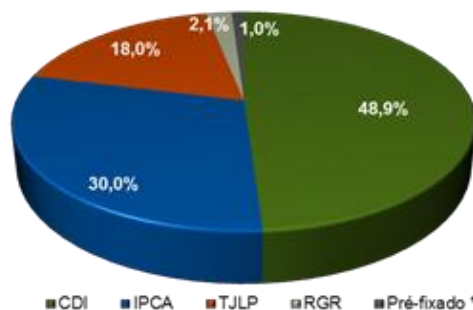
Em 30 de setembro de 2016, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

Modalidade do Financiamento

(Total: R\$ 2.521,9 milhões)



Indexação

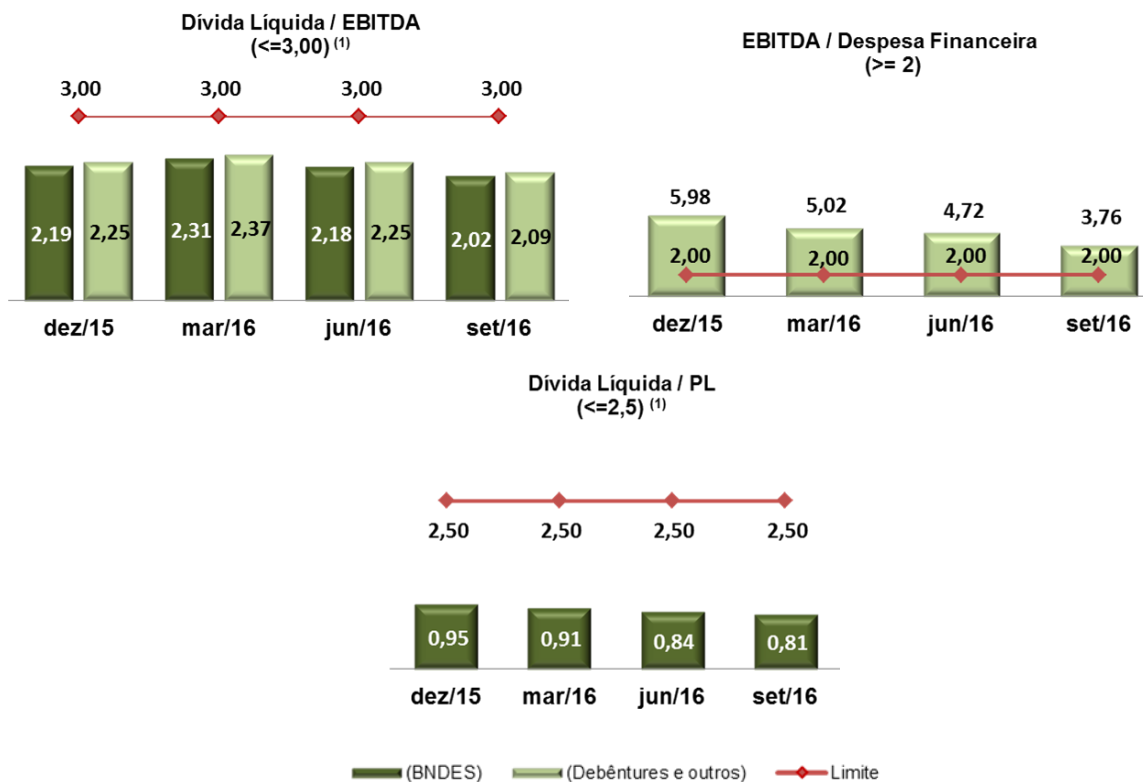


¹ Consideram recursos da FINEP sem indexação.

7.1. Covenants Financeiros

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com os limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos contratos financeiros.

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:



⁽¹⁾ BNDES. Para este contrato, a definição de EBITDA contempla a exclusão dos efeitos de outras Receitas/Despesas Operacionais, tais como ganhos/perdas com planos de pensão e lucro/prejuízo na alienação de imobilizado.

8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 21 de julho de 2016, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAA-'. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reafirmados em 'brAA-'.

A Elektro continua apresentando o melhor *rating* possível que uma empresa regulada poderia ter na escala de crédito nacional.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a variações cambiais ou de taxas de juros.

A Elektro mantém contrato de operação de *swap* vinculada ao financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) em 15 de outubro de 2013, no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013. Em junho de 2016, a companhia assinou novo contrato de *swap* vinculado ao primeiro desembolso do novo contrato de financiamento junto o BEI (assinado em dezembro de 2015), cujo desembolso ocorreu em 1º de julho de 2016, no montante de R\$ 180,2 milhões.

Adicionalmente, são mantidos R\$ 172,5 milhões em *swap* vinculados a financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4131 e junto ao BEI). Tais *swaps* têm como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia e devidamente reconhecidos como Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros.

10. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		
	30/09/2016	30/09/2015	Variação do período
Lucro líquido do período	163,3	267,8	(104,5)
Depreciação e outras amortizações	129,3	120,7	8,6
Juros e variação monetária e cambial	262,6	253,1	9,5
Outros	156,2	123,6	32,6
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	548,1	497,4	50,7
Lucro Líquido Ajustado	711,4	765,2	(53,8)
Variação do Capital de Giro Operacional	152,1	(380,0)	532,1
Geração (Consumo) Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	863,5	385,2	478,3
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(265,5)	(213,5)	(52,0)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	26,9	14,3	12,6
Caução de fundos e depósitos vinculados	4,2	5,2	(1,0)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Investimento	(234,4)	(194,0)	(40,4)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(457,5)	(82,3)	(375,2)
Captação de empréstimos e debêntures	206,1	410,6	(204,5)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	(251,4)	328,4	(579,8)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(205,7)	(395,5)	189,8
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	(457,1)	(67,2)	(389,9)
Geração (Consumo) Líquido de Caixa	172,0	124,0	48,0
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	785,1	578,6	206,5
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	957,1	702,6	254,5

A Geração de Caixa Operacional líquida de impostos e juros somou R\$ 863,5 milhões nos primeiros nove meses de 2016, R\$ 478,3 milhões maior em relação ao mesmo período de 2015, motivada principalmente por: (i) menor custo médio de energia praticado em relação às tarifas homologadas no último Reajuste Tarifário, (ii) recebimentos de Bandeira Tarifária acima da cobertura tarifária e (iii) redução do encargo de CDE em relação aos valores homologados na tarifa.

Ao longo dos últimos nove meses, a Companhia efetuou Investimentos líquidos de R\$ 234,4 milhões, principalmente focados em expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, R\$ 40,4 milhões acima do registrado no mesmo período de 2015, em decorrência do ajuste no cronograma de execução de obras para 2016.

As atividades de Financiamento do período consumiram R\$ 251,4 milhões, resultado líquido da amortização de R\$ 457,5 milhões de dívidas e arrendamento mercantil que venceram entre janeiro e setembro de 2016, atrelado a captação de R\$ 206,1 milhões. Já no mesmo período de 2015, as captações somaram R\$ 415,6 milhões e as amortizações somaram R\$ 79,8 milhões. Vide detalhes no item 7 – Estrutura de Capital.

Nos primeiros nove meses de 2016, o montante de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos totalizou R\$ 205,7 milhões (R\$ 189,8 milhões abaixo dos pagamentos realizados nos nove primeiros meses de 2015).

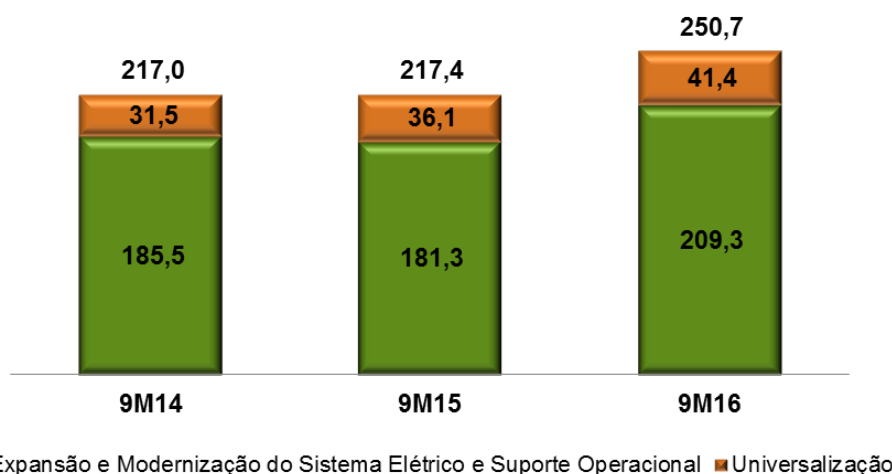
A Geração Líquida de Caixa resultante destes efeitos foi de R\$ 172,0 milhões, R\$ 48,0 milhões acima do mesmo período de 2015, desta forma, o saldo Disponível de Caixa em 30 de setembro de 2016, considerando as variações ao longo dos nove primeiros meses do ano, foi de R\$ 957,1 milhões.

11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

Nos nove primeiros meses de 2016, a Elektro investiu R\$ 265,2 milhões, dos quais R\$ 14,5 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa um aumento de 16,7% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 227,3 milhões, dos quais R\$ 9,9 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes).

Os investimentos realizados no período foram superiores aos investimentos dos nove meses do ano de 2015, mesmo assim, estão aderentes ao planejamento para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da Elektro para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

Evolução dos Investimentos¹
(R\$ milhões)



⁽¹⁾ Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os destaques do programa de investimentos foram:

- (i) R\$ 209,3 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
 - (a) R\$ 119,5 milhões foram investidos em novas ligações e expansão de subestações e de linhas de transmissão;
 - (b) R\$ 69,4 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
 - (c) R\$ 14,2 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota;
 - (d) R\$ 6,2 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas.
- (ii) R\$ 41,4 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - (a) R\$ 39,6 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA; e
 - (b) R\$ 1,8 milhão referentes a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 322 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

12. DESEMPENHO OPERACIONAL

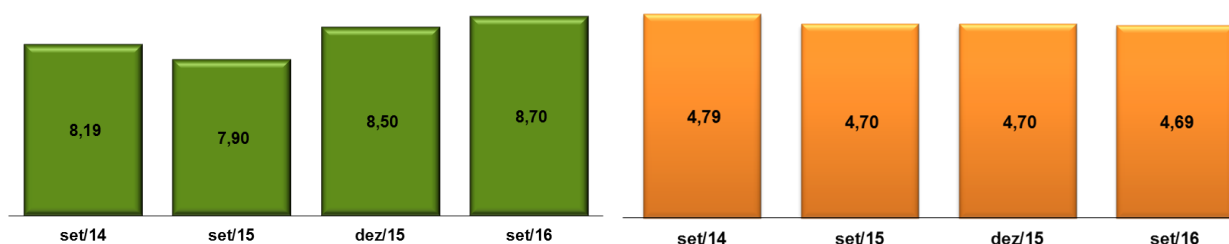
12.1. DEC e FEC

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em setembro de 2016, está influenciado pela ocorrência de diversas tempestades com chuvas, ventos e descargas atmosféricas ocorridas no último trimestre de 2015 e pelas tempestades fora de época, ocorridas entre abril e junho de 2016, bem como pelas tempestades em setembro de 2016. As atipicidades climáticas verificadas foram causadas pelo fenômeno atmosférico 'El Niño' que atuou na América do Sul no final de 2015 e no primeiro semestre de 2016.

Para o indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em setembro de 2016, este resultado apresenta melhora em relação aos mesmos períodos de 2014 e 2015, uma vez que está diretamente relacionado à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, e pela política de investimentos em melhoria que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

A Elektro tem forte compromisso com a eficiência e continua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) (*) **FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) (*)**



Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Casos considerados, os indicadores DEC e FEC de 30/09/2014 seriam 11,68 e 6,08, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 30/09/2015 seriam 11,74 e 6,00, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2015 seriam 14,39 e 6,52, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 30/09/2016 seriam 13,88 e 6,02, respectivamente.

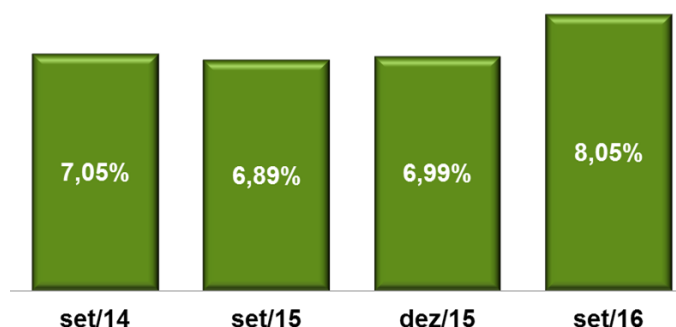
Devido ao prazo de apuração definitiva dos indicadores operacionais DEC e FEC de setembro de 2016 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados podem apresentar pequenas variações.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

12.2. Perda de Distribuição

Em setembro de 2016, as perdas de distribuição apresentaram elevação quando comparadas ao mesmo período de 2015, registrando índice de 8,05% em função, principalmente, do descasamento do faturamento dos clientes cativos que migraram para o ambiente de contratação livre e pela sazonalidade da carga.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro seja de 1,90% em setembro de 2016. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de setembro de 2015 seria 8,73% e de setembro de 2016 seria de 9,95%.

Perdas de Distribuição ^(*)**Notas:**

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (i) A partir de dezembro de 2015, Companhia passou a publicar o Índice de Perdas apurado segundo metodologia utilizada pelo Agente Regulador (ANEEL), considerando a relação direta com os resultados operacionais, bem como a possibilidade de comparação com referenciais amplamente empregados no setor elétrico. A Administração entende que este método de cálculo é mais apropriado para demonstrar o desempenho do indicador de Perdas.
- (ii) Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de setembro de 2016 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados.
- (iii) O método de cálculo das perdas considera uma média móvel de 12 meses.

13. RECONHECIMENTOS**Melhor Empresa Para Trabalhar no Setor de Energia (GUIA VOCÊ S/A)**

A Elektro foi consagrada, em 03 de outubro, a Melhor Empresa do Setor de Energia pelo GUIA VOCÊ S/A – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, realizado em parceria com a FIA (Fundação Instituto de Administração). Na mesma cerimônia, também foi reconhecida com o prêmio de Destaque em Liderança.

A pesquisa avalia o Índice de Felicidade do Trabalhador (IFT) e as melhores práticas e políticas de gestão de pessoas, relacionadas às vertentes de Estratégia e Gestão, Liderança, Desenvolvimento, Carreira, Benefícios e Remuneração, Saúde e Qualidade de Vida e Cidadania Empresarial. Para conquistar esta classificação, os colaboradores responderam de forma voluntária, sigilosa e anônima a um questionário sobre o ambiente de trabalho.

A Melhor Empresa para Trabalhar no País (GPTW)

Em 15 de agosto, a Elektro foi considerada, pela quarta vez consecutiva (2013, 2014, 2015 e 2016), a Melhor Empresa para Trabalhar no País pela pesquisa Great Place to Work, na categoria Grande Porte (com mais de 1.000 funcionários). A premiação, que ocorreu em São Paulo, reuniu as 150 companhias de maior destaque em gestão de pessoas. Nessa mesma ocasião, a Elektro também conquistou o título de Melhor Empresa do Setor de Serviços.

Distribuidora de energia que mais gera valor para seus públicos

Em 20 de julho e, pelo segundo ano consecutivo, a Elektro foi campeã no *ranking* Mais Valor Produzido – Utilidades e Concessões, realizado pela consultoria DOM Strategy Partners. O panorama, que aponta as empresas dos setores que mais geram e protegem valor não apenas para si, mas também para seus clientes, consumidores, acionistas, funcionários e sociedade, constatou que Governança Corporativa foi o ativo mais lembrado pelos diferentes públicos da distribuidora de energia durante o levantamento da pesquisa.

Dos 62 ativos mensurados pela consultoria, a Elektro teve destaque nos quesitos Eficácia da Estratégia Corporativa, Resultados Gerados, Crescimento Evolutivo, Valor das Marcas, Qualidade de Relacionamento com Clientes, Governança Corporativa, Sustentabilidade, Gestão de Talentos, Cultura Corporativa, Inovação, Conhecimento, Grau de Transformação e Uso das Tecnologias Digitais. Ao final da avaliação, a Elektro atingiu a nota 8,19, dezesseis décimos a mais do que em 2015.

Prêmio “Cidade das Árvores”

Em 02 de junho, a Elektro recebeu o Prêmio “Cidade das Árvores” da Prefeitura Municipal de Araras pela preocupação na preservação ambiental, se empenhando na conscientização, proteção e recuperação do meio ambiente com o Projeto “Cuida Colmeia”.

Prêmio Abradee

No dia 22 de junho, em Brasília, a Elektro recebeu dois importantes troféus no Prêmio Abradee 2016. Na 18ª edição da tradicional premiação do setor, a empresa foi eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica nas categorias: Gestão Operacional e Região Sudeste. Esta é 10ª vez em que a Elektro é vencedora na categoria Sudeste e a 11ª da Gestão Operacional. A premiação anual é um reconhecimento às distribuidoras de energia elétrica que mais se destacam no cenário nacional.

A Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina


Pelo segundo ano consecutivo, a Elektro recebeu o prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina pelo Great Place to Work. O evento foi realizado dia 19 de maio de 2016, em Cancún, no México.

A Elektro foi destaque entre 20 países e se sagrou campeã em um ranking composto por outras 1.525 empresas, a maioria de países vizinhos. A pesquisa avaliou os mesmos dados da pesquisa de clima organizacional realizada pelo instituto anualmente, na qual a Elektro recebeu em 2013, 2014 e 2015 o prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar do Brasil.

Mais informações sobre a Elektro

Relações com Investidores

ri.elektro.com.br

 (+55 19) 2122-1487

 ri@elektro.com.br